



IV Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica
IV EnICT
ISSN: 2526-6772
IFSP – Câmpus Araraquara
24 e 25 de outubro de 2019



**TÍTULO: Conhecendo o ECA por meio da literatura:
Um projeto de letramento literário.**

Camila Gonçalves Lima Rosa, Maria Beatriz Gameiro Cordeiro

Graduanda em Licenciatura em Letras, Bolsista PIBID, IFSP Câmpus Sertãozinho, e-mail: camilalima16.07.85@gmail.com.

Área de conhecimento: Língua Portuguesa– 8.02.01.00-8

RESUMO: Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre os resultados de um projeto de letramento desenvolvido no âmbito do PIBID, cujo objetivo foi incentivar o gosto pela leitura e a reflexão sobre direitos e deveres a uma turma de sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola periférica estadual do interior de São Paulo. No campo escolar, docentes e gestão demonstravam grande preocupação com comportamentos inapropriados dos estudantes e sua falta de noção sobre cidadania, fatores que justificaram a escolha do tema para o desenvolvimento do projeto de letramento aqui apresentado. Dessa forma, as atividades iniciaram-se com uma aula expositiva e dialogada sobre alguns direitos e deveres do cidadão estabelecidos em 1988, no Artigo 6º da Constituição. Após essa breve exposição, partiu-se também do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para discutir como os estudantes poderiam exercer a cidadania, ter consciência de suas obrigações e lutar pelo que é justo e o correto. Tal discussão baseou-se no poema “Direito e Deveres” da escritora Ruth Rocha, o qual destaca que a infância é um período mágico, lúdico, que deve ser alegre, repleto de direitos, inclusive, o direito à felicidade. Após a leitura e análise do poema, outras atividades foram desenvolvidas de acordo com a proposta de Letramento literário de Cosson (2016). Os resultados demonstraram-se positivos, pois houve interesse dos estudantes pela leitura, pela produção de um cartaz, por conhecer seus direitos, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: letramento literário, ensino, leitura, ECA.

INTRODUÇÃO:

Problemas de indisciplina de alunos para com professores, agressões verbais entre os próprios estudantes, bem como a falta de senso da obrigatoriedade do cumprimento de deveres são alguns dos problemas que a escola onde se desenvolveu o projeto vinha enfrentando. Tal fato foi um dos motivos que determinou o trabalho com o ECA, desconhecido pela maior parte dos discentes da turma, a partir do poema “Direito e Deveres”, da escritora Ruth Rocha.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 3º, cita que somente com a prática dos direitos pode-se assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social da criança e do Adolescente. Nesse sentido, discutir o ECA no ambiente escolar, espaço que corrobora para a construção de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, com uma turma de Ensino Fundamental de uma escola periférica é importante. Associar essa leitura crítica de mundo ao prazer pela leitura também é necessário em uma comunidade que praticamente não tem incentivo à leitura no ambiente familiar. Uma criança em desenvolvimento precisa conhecer noções básicas de cidadania para se conscientizar de suas obrigações morais e éticas, conquistar a autonomia no espaço escolar e colher resultados positivos no futuro e, assim, contribuir, de alguma maneira, para o convívio em sociedade. No artigo 4º do Estatuto da Criança e do

Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), afirma-se: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar COM ABSOLUTA PRIORIDADE, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990). Esse artigo embasa e justifica a relevância do projeto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

No livro “Letramento Literário: Teoria e Prática” (2016), Rildo Cosson propõe como desenvolver um trabalho de leitura em um ambiente escolar de a fim de desenvolver um projeto de letramento literário. Segundo o autor, tal projeto pode se constituir de uma sequência básica, a qual é dividida em quatro fases: motivação, introdução, leitura e interpretação. Na primeira etapa, o professor deve promover atividades para que o leitor se sinta motivado antes de realizar a leitura, na introdução, deve apresentar dados biográficos do autor e da obra, assim o leitor terá mais compreensão e entretenimento no momento da leitura, conseguirá fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o texto. Na fase da leitura (que possibilita a decifração e o entendimento), o docente deve acompanhar tal processo como um todo, tal como elucida Cosson (2016, p. 62):

A leitura escolar precisa de acompanhamento porque tem uma direção, um objetivo a cumprir, e esse objetivo não deve ser perdido de vista. Não se pode confundir, contudo, acompanhamento com policiamento. O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura.

Por fim, na interpretação, que propõe a incorporação do lido à vida, deve trazer resposta para o leitor na etapa final da interpretação do texto escolhido. A conclusão dessas sequências finaliza-se com uma atividade que estabelece uma relação entre o ambiente em que os alunos vivem e as mudanças que eles trazem para a vida social. Para isso, Cosson explica que podem-se utilizar, dentre outros recursos, diversos recortes de jornais e revistas que exponham vários tipos de vivência e diante disso, os alunos, com base na reflexão e compreensão da obra em estudo, façam uma análise e transfiram os seus conhecimentos adquiridos durante as aulas.

METODOLOGIA:

Como se trata de um relato de experiência que discorre sobre uma das atividades desenvolvidas por um grupo de graduandos em Licenciatura em Letras para cumprir parte das exigências de bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES, na seção de metodologia, optou-se por descrever as etapas de execução do projeto aqui discutido. Conforme já explicitado, o trabalho em questão foi aplicado com uma turma de sexto ano do Ensino Fundamental com 32 alunos de uma escola periférica em uma cidade do interior paulista.

Conforme explicitado na fundamentação teórica, o projeto de letramento desenvolvido seguiu as quatro etapas estabelecidas por Cosson (2016) descritas, portanto, o projeto iniciou com a explicação da importância do ECA, apresentando uma situação nova para os alunos, estabelecendo uma relação entre o ambiente em que os alunos vivem e o que pode ser afetado na vida social. A nossa preocupação era não tornar as aulas maçantes por conter leis e muitas informações desconhecidas pelos alunos, por isso, fizemos com que a vivência de cada estudante contribuísse com as explicações e desenvolvimento de cada aula, permitindo que eles tivessem autonomia de participação em cada informação nova revelada em sala. Assim, essa introdução foi feita por meio de “slides” de uma forma dialogada e crítica. Primeiramente, evidenciamos questões pertinentes e curiosidades sobre o ECA e sobre o Poema “Direito e deveres”, fomentamos uma reflexão sobre o reconhecimento das questões como a precariedade no atendimento à saúde, à falta de material e de infraestrutura para a escolarização em localidades de baixa renda. Levantou-se também a questão da fome que ainda mesmo com toda tecnologia, aumento de produção alimentícia, afeta cidadãos no

mundo inteiro, a falta de profissionais capacitados para o atendimento às crianças de necessidades especiais, a falta de acesso à cultura, ao lazer e a esportes públicos etc. Essas indagações surgiram a partir da exposição no slide do artigo:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988 art. 227).

Quanto à apresentação da escritora Ruth Rocha, destacamos um aspecto de sua vida relacionado ao texto escolhido, tal como indica Cosson (2016). Dessa forma, explicamos aos educandos que Ruth Rocha escreveu o poema devido a uma parceria com o artista plástico Otávio Roth, publicando-o no livro intitulado “Declaração Universal dos Direitos Humanos Para Crianças” (1988), lançado na sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, de acordo com informações do próprio site da autora em forma de poesia. Destacamos também que a autora é uma importante escritora brasileira de literatura infanto-juvenil, defensora dos direitos das crianças, abordando, em alguns de seus poemas, certas explicações que fazem os alunos compreenderem a importância da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Depois dessa breve história da vida escritora, a etapa subsequente, a da leitura, nessa fase, Cosson destaca a importância do acompanhamento da leitura.

A leitura do poema foi feita por toda a sala, em roda, e cada estudante leu uma estrofe em voz alta a fim de aprofundar a compreensão da língua e o desenvolvimento das habilidades de leitura e oratória. Além disso, devido ao fato de cada aluno ter tido que esperar o seu momento de ler em silêncio para ouvir a leitura do colega despertou neles o interesse pela poesia e os fez aprender a importância de ouvir uns aos outros e entender o valor do respeito ao próximo especialmente na sala de aula, já que não é habitual os estudantes ouvirem em silêncio a leitura dos outros. Após essa leitura acompanhada, os alunos se expressaram, revelando que se reconheceram em vários trechos do poema, principalmente nos versos: “Toda criança no mundo, deve ser bem protegida, contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida”. Os alunos refletiram e questionaram, mesmo constatando haver injustiças na sociedade, eles concordaram que é possível promover mudanças na escola, no bairro, na cidade. Ao conhecerem os direitos, automaticamente, observaram os deveres, o que facilitou o entendimento de como respeitar o próximo e conseguir compreender que não temos apenas direitos a ser cumpridos, mas também deveres, algo sobre o qual até aquele momento eles não haviam refletido.

Fotografia 1: Estudantes lendo o poema em roda.



Fonte: do autor (2019)

Quanto ao trabalho de interpretação, Cosson (2016, p. 66) explica que ele envolve um primeiro momento interno de decodificação, depois, o momento externo de concretização, “a materialização da interpretação como ato de construção de sentido em uma comunidade”, momento em que, ao se sentir tocado “pela verdade do mundo revelado” por uma obra, pode-se conversar com um amigo, falar no trabalho, etc. Mas na escola, essa interpretação precisa ser ampliada, compartilhada por meio de atividades orientadas. Assim, escolhemos como atividade de compartilhamento de interpretação a confecção de cartazes sobre os Direitos e Deveres dos estudantes. Esses cartazes foram expostos pela escola para que os alunos compartilhassem com as demais turmas a experiência vivenciada como a leitura do poema e as leis do ECA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já mencionado, esse projeto surgiu a partir de uma problemática bem complexa interna à escola, indisciplina, falta de interesse, desânimo, cansaço, apatia, dificuldades de atenção e concentração por boas partes dos educandos. Estávamos cientes de que não seria fácil abordar a temática dos direitos e deveres nessa situação, pois observamos, no dia a dia das aulas essa realidade desmotivadora, além de problemas familiares, como drogas e violência, por exemplo, que compõem a realidade desses alunos.

Nesse contexto, a primeira constatação foi a falta de conhecimento prévio dos estudantes sobre seus direitos e deveres como cidadãos, fato que motivou a aula expositiva dialogada sobre o tema descrita na metodologia. Esse momento foi muito rico, visto que os estudantes foram capazes de contrapor a realidade à legislação, observando o não cumprimento, por parte do Estado, de muitos direitos que são garantias das crianças. Também houve a contraparte, isto é, uma autoanálise sobre o cumprimento dos deveres, desde a colaboração nos afazeres domésticos, como os deveres de respeitar os colegas, os professores e demais cidadãos.

Já no momento de leitura e interpretação do poema, podemos destacar como resultado positivo o encantamento e fruição literária obtidos pelo mundo de fantasia que o poema propiciou, mas também a possibilidade de conscientização, mostrando a importância da formação pessoal e do conhecimento como algo primordial para a construção da cidadania. Os discentes puderam compreender o papel que todos têm em uma comunidade, entender que o respeito é o início para um bom convívio e a necessidade de seguir regras. Por meio das interações dos alunos durante as aulas, que queriam compartilhar uns com os outros sobre as suas vivências relacionadas aos artigos do ECA, os estudantes vivenciaram, na prática, regras de convívio e respeito e passaram a observar a si próprios, reconhecendo que quando cumpriam com os seus deveres, conseguiam adquirir com mais facilidade os seus direitos. Outro aspecto positivo foi a diminuição das faltas dos alunos às aulas, porquanto, notaram que o cumprimento do dever de estudar facilitaria sua aprendizagem.

Outro bom resultado do projeto foi o incentivo à leitura por meio do projeto literário, que possibilitou aos alunos observar os múltiplos sentidos de um texto literário, a conotação, o lúdico e, ainda, a conceberem a língua como uma ferramenta para a prática social. Ademais, os alunos aprofundaram seu conhecimento sobre o gênero literário “poema”, que normalmente sensibiliza, emociona, brinca com o rítmico, polissêmico. Isso ficou claro quando os alunos demonstraram dúvidas em algumas frases abstratas e conotativas usadas para composição das rimas como nos versos: “Mas a criança também tem o direito de sorrir/ Correr na beira do mar/ ter lápis de colorir/ Ver uma estrela cadente/ filme que tem robô/ Ganhar um lindo presente/ Ouvir histórias do avô”, os quais permitiram uma interpretação mais profunda aos educandos.

Por fim, ainda no momento da interpretação, em que os estudantes foram orientados a escrever um cartaz com os direitos e deveres que eles queriam destacar, eles puderam praticar a escrita segundo a norma padrão, empolgaram-se com as ilustrações e decoração dos cartazes, puderam colaborar com os colegas no empréstimo de materiais, dentre outros resultados benéficos, tal como as imagens a seguir ilustram.

Fotografia 2: Atividade de Conclusão do Projeto de Letramento Literário: Cartazes do Direito e Deveres Das Crianças.



Fonte: da autora (2019)

CONCLUSÕES:

A realização do projeto “Aprendendo Sobre Direitos e Deveres do ECA por meio da literatura” demonstrou que existe uma grande carência sobre esse tema na escola em questão, cientes disso, conseguimos contribuir para aprimorar o conhecimento, evolução desses alunos, promovendo vivências e experiências novas com o poema e com a legislação, assim, contribuímos no processo educativo, despertando a conscientização e a valorização social.

AGRADECIMENTOS (Opcional):

Em primeiro, agradeço aos alunos pela contribuição semanal, pela participação em todas as etapas do projeto desenvolvido ao longo desse trabalho.

Agradeço aos funcionários da escola, direção, professor e a coordenação por tudo que vivenciamos e aprendemos nesse processo formativo.

À minha professora-coordenadora, que contribuiu para meu crescimento e aprendizado e, juntas, desenvolvemos esse projeto.

Ao IFSP pela iniciativa do projeto e à Capes/CNPQ pelo apoio financeiro ao programa PIBID.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998**.

COSSON, Rildo. Literatura: modos de ler na escola. **Anais da XI Semana de Letras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. **Letramento literário: teoria e prática**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ROCHA, Ruth. **Os Direitos das Crianças Segundo Ruth Rocha**. 2. ed. [S. l.]: Salamandra, 2014. 48 p. ISBN 9788516090890.